Docusign Envelope ID: 6824D383-0F63-491B-ADE4-9C42BDC0AB66

NEC

NEC LATIN AMERICA S.A.

CNPJ nº 49.074.412/0001-65

Relatório Gerencial

Senhores acionistas:
Os Diretores da Companhia apresentam a V. Sas. o presente Relatório e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Aspectos econômicos e financeiros
A Companhia apresentou perdas no ano, com prejuízo de R$ 41,7 milhões, ante ao ano de 2023, com prejuízo de R$ 14,1 milhões. A receita líquida totalizou R$ 239,7 milhões em 2024, queda de 39% em comparação à 2023, em parte decorrente da venda da unidade de negócios *Wireless,* no final de novembro de 2023, e o anúncio da retirada gradual dos negócios de *Unified Communications*. Em 27 de Setembro de 2024, foi realizado o aumento de capital social por meio de aporte de recursos provenientes da matriz do Japão, NEC Corporation, no montante de R$ 73,6 milhões. Esse aporte de recursos pela matriz possibilitou a quitação de parte das dívidas bancárias da Companhia, com a melhora dos índices de liquidez e proporcionou uma grande economia nas despesas financeiras. Além disso, reverteu-se a situação de patrimônio líquido negativo de R$ 8,8 milhões para uma posição positiva de R$ 23 milhões. Com relação ao resultado financeiro, a Companhia apresentou despesa financeira líquida de R$ 10,1 milhões, redução de 34% em relação ao ano anterior (despesa líquida de R$ 15,3 milhões). Tal evolução foi reflexo da redução no endividamento bancário, que caiu de R$ 154 milhões para R$ 69,8 milhões.

Agradecimentos
A Direção da Companhia agradece aos clientes, parceiros e fornecedores pela confiança e cooperação no relacionamento com a NEC Latin America S.A. Agradecemos aos funcionários, que são nosso principal capital, por seu comprometimento e dedicação ao longo dos últimos anos, e principalmente por seus esforços em 2024, que foi um ano no qual enfrentamos e superamos juntos grandes desafios. Além disso, somos especialmente gratos a nossa controladora NEC Corporation pelo apoio, segurança e credibilidade dispensados, que foram fundamentais para que alcançássemos bons resultados mesmo diante de um momento econômico desafiador.

São Paulo, 10 de abril de 2025.

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Em milhares de Reais)*

ATIVO	Nota	2024	2023	PASSIVO	Nota	2024	2023
Caixas e equivalentes de caixa	8	33.936	38.197	Empréstimos e financiamentos	18	39.922	153.930
Outros investimentos		5	5	Fornecedores	19	60.736	55.785
Contas a receber	9	82.923	115.845	Passivos de arrendamento	20	2.289	3.415
Estoques	10	12.571	19.837	Imposto renda e contribuição social	11c	340	261
Imposto de renda e contribuição social	11a	8.030	8.621	Impostos e contribuições sociais	11d	8.528	10.969
Impostos e contribuições a recuperar	11b	4.925	24.776	Salários e férias a pagar		16.666	19.543
Despesas antecipadas	12	15.769	18.744	Adiantamento e créditos de clientes	21	1.761	4.277
Outros créditos		6.228	5.219	Outras provisões	22c	791	2.487
Total do ativo circulante		**164.387**	**231.244**	Outras contas a pagar	23	4.015	19.944
Contas a receber de clientes	9	7.343	7.941	**Total do passivo circulante**		**135.048**	**270.611**
Despesas antecipadas	12	3.431	1.342	Empréstimos e financiamentos	18	29.879	-
Outros créditos		5.753	5.389	Passivos de arrendamento	20	328	1.696
Depósitos judiciais	13	5.040	15.950	Provisão para contingências	22a	3.067	5.194
Total do realizável a longo prazo		**21.567**	**30.622**	Outras provisões	22c	4.069	4.725
Imobilizado	16	8.905	10.804	**Total do passivo não circulante**		**37.343**	**11.615**
Outros investimentos	15	102	102	**Patrimônio líquido**			
Intangível	17	460	613	Capital social	24a	401.882	328.282
Total do ativo não circulante		**31.034**	**42.141**	Prejuízos acumulados		(359.952)	(318.223)
				Ações em tesouraria	24b	(9.259)	(9.259)
				Reserva de capital	24c	(9.641)	(9.641)
				Total do (passivo a descoberto) patrimônio líquido		**23.030**	**(8.841)**
Total do ativo		**195.421**	**273.385**	**Total do passivo e patrimônio líquido**		**195.421**	**273.385**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	Capital social	Reserva de Capital	Prejuízos acumulados	Ações em tesouraria	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Total patrimônio líquido
Saldos em 01 de janeiro de 2023		**328.282**	**(9.641)**	**(304.045)**	**(9.259)**	**(33)**	**5.304**
Prejuízo do exercício		-	-	(14.178)	-	-	(14.178)
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	33	33
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**328.282**	**(9.641)**	**(318.223)**	**(9.259)**	**-**	**(8.841)**
Aumento de capital social	24	73.600	-	-	-	-	73.600
Prejuízo do exercício		-	-	(41.729)	-	-	(41.729)
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		**401.882**	**(9.641)**	**(359.952)**	**(9.259)**	**-**	**23.030**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2024	2023
Receita operacional	25	239.765	396.265
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	26	(190.471)	(305.743)
Lucro bruto		**49.294**	**90.522**
Despesas de vendas	27	(1.149)	(1.142)
Despesas administrativas e gerais	29	(86.255)	(102.221)
Reversão (Redução) a valor recuperável do contas a receber	30	(182)	1.239
Outras receitas	31a	17.577	24.886
Outras despesas	31b	(10.882)	(12.183)
Prejuízo (lucro) antes do resultado financeiro líquido e impostos		**(31.597)**	**1.101**
Receitas financeiras	32	28.094	23.634
Despesas financeiras	32	(38.226)	(38.913)
Resultado financeiro líquido		**(10.132)**	**(15.279)**
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(41.729)	(14.178)
Imposto de renda e contribuição social - corrente	11d	-	-
Prejuízo do exercício		**(41.729)**	**(14.178)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Resultado Abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2024	2023
Prejuízo do exercício		(41.729)	(14.178)
Outros resultados abrangentes			
Itens a serem reclassificados para o resultado do exercício em períodos subsequentes			
Ganho em operações de hedge de fluxo de caixa		-	33
Resultado abrangente total		(41.729)	(14.145)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do exercício		(41.729)	(14.178)
Ajustes por:			
Depreciação	16	4.813	12.559
Amortização	17	336	314
Baixa imobilizado e intangível	16/17	1.353	(411)
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	18	19.122	(6.508)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	18	8.582	13.625
Provisão de perdas de crédito esperadas do contas a receber	9	182	(1.905)
Ajuste a valor presente	9	(896)	-
Provisão para perda nos estoques	10	(667)	1.014
Provisão para contingências	22a	3.028	2.163
Juros sobre passivos de arrendamento	20	302	486
Atualização monetária de impostos a recolher	11d	2.416	976
Provisão Hedge/Swap		(13.676)	17.496
Outras provisões	22c	(2.353)	(3.168)
		(19.187)	**22.463**
Variações nos ativos aumento (redução)			
Contas a receber de clientes		34.234	(4.059)
Estoques		7.933	16.246
Impostos e contribuições a recuperar		20.442	29.298
Despesas antecipadas		886	14.748
Depósitos judiciais		15.379	1.463
Outros créditos		(1.373)	(3.274)
Variações nos passivos aumento (redução)			
Fornecedores		4.951	(19.690)
Passivos de arrendamento		28	37
Impostos e contribuições a recolher		(9.280)	2.314
Imposto renda e contribuição social		79	201
Salários e férias a pagar		(2.877)	6.323
Outras contas a pagar		(2.253)	(5.948)
Adiantamentos e créditos de clientes		(2.516)	(19.322)
Ajuste de avaliação patrimonial		-	33
Caixa proveniente das atividades operacionais		**46.446**	**40.833**
Contingências pagas	22a	(5.201)	(2.546)
Juros pagos sobre passivos de arrendamento	20	(339)	(524)
Juros pagos sobre empréstimos	18	(14.094)	(11.879)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**26.812**	**25.884**
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Aquisições de imobilizado	16	(3.813)	(7.873)
Aquisições de intangível	17	(183)	(556)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		**(3.996)**	**(8.429)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Aumento de capital	24a	73.600	-
Recursos provenientes de novos empréstimos	18	105.454	75.426
Pagamento dos passivos de arrendamento - principal	20	(2.939)	(2.708)
Pagamento de empréstimos - principal	18	(203.192)	(76.955)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		**(27.077)**	**(4.237)**
(Redução) aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		**(4.261)**	**13.218**
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro		38.197	24.979
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro		33.936	38.197
(Redução) aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		**(4.261)**	**13.218**
Transações que não movimentaram caixa			
Registro inicial do arrendamento mercantil		455	1.837

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras *(Em milhares de Reais)*

1. Contexto operacional: A NEC Latin América S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado com sede em São Paulo, capital. A Companhia opera no segmento de TIC (Tecnologia da Informação e Comunicação), fornecendo soluções, produtos e serviços para corporações, empresas e governos. A Companhia fornece um amplo leque de soluções de acesso, transporte, core de rede e aplicações para as operadoras, assim como soluções de voz e redes para os clientes corporativos. A Companhia tem aumentado a sua atuação nestes segmentos, oferecendo soluções de serviços profissionais, com destaque na oferta de serviços gerenciados baseados em NOC (*Network Operation Center*) e SOC (*Security Operation Center*) e soluções de outsourcing. Alinhada às tendências dos mercados em que atua, a Companhia tem trabalhado também em soluções emergentes, como Cloud, SDN/NFV, RAN, Small Cells, OSS/BSS, Comunicações Unificadas, Cidades Inteligentes, Data Center, Segurança Integrada, entre outros. A Companhia apresenta capital circulante líquido positivo de R$ 29.339, com um patrimônio líquido de R$ 23.030, no entanto, obteve prejuízo de R$ 41.729 em 2024.

2. Base de preparação: a. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 10 de abril de 2025. Detalhes sobre as políticas contábeis materiais estão apresentadas na nota explicativa nº 7. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia.

3. Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens abaixo: • Instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo; • Instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo

4. Moeda funcional e moeda de apresentação: Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

5. Uso de estimativas e julgamentos: A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **a. Julgamentos:** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa 20 - Prazo do arrendamento: se a Companhia tem razoavelmente certeza de exercer opções de prorrogação. **b. Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota 9 - Provisão de perdas de crédito esperadas do contas a receber; • Nota 10 - Provisão para perdas de estoques; • Nota 11.b - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados; • Notas 16/17 - Provisão para valor recuperável de imobilizado e intangível; • Notas 16/17 - Depreciação e amortização de imobilizado e intangível; • Nota 22a - Provisão para contingências; • Nota 33 - Mensuração de instrumentos financeiros.

6. Mudanças nas principais políticas contábeis: Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com Covenants (alterações ao CPC 26/IAS 1): A Companhia adotou a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes (alterações ao CPC 26/IAS 1) e passivos não circulantes com covenants (alterações ao CPC 26/IAS 1) a partir de 1º de janeiro de 2024. As alterações se aplicam retrospectivamente. Elas esclarecem certos requisitos para determinar se um passivo deve ser classificado como circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos de empréstimos não circulantes que estão sujeitos a covenants dentro de 12 meses após o período de relatório. A administração revisou as políticas contábeis e atualizou as informações divulgadas na Nota 7 Políticas contábeis materiais em determinados casos, de acordo com as alterações.

7. Políticas contábeis materiais: As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. **a. Moeda estrangeira:** ***Transações em moeda estrangeira:*** Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado. **b. Instrumentos financeiros:** ***(i) Reconhecimento e mensuração inicial:*** O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (Valor justo por meio do resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. ***(ii) Classificação e mensuração subsequente:*** *Instrumentos financeiros:* No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (Valor justo por meio de outros resultados abrangentes) - instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA (Outros resultados abrangentes). Essa escolha é feita investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. *Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:* A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; • Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e • A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. • As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. *Ativos financeiros - Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:* Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: • eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; • termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.
Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas: Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. ***(iii) Desreconhecimento:*** *Ativos financeiros:* A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou, ainda, no qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e, também, não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. *Passivos financeiros:* A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. ***(iv) Compensação:*** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. ***(v) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge:*** A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira. Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados separadamente caso o contrato principal não seja um ativo financeiro e certos critérios sejam atingidos. Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são normalmente registradas no resultado. A Companhia designa certos derivativos como instrumentos de hedge para proteção da variabilidade dos fluxos de caixa associada a transações previstas altamente prováveis, resultantes de mudanças nas taxas de câmbio, além de determinados passivos financeiros derivativos e não derivativos como instrumentos de hedge de riscos cambiais de um investimento líquido em uma operação estrangeira. No início das relações de hedge designadas, a Companhia documenta o objetivo do gerenciamento de risco e a estratégia de aquisição do instrumento de hedge. A Companhia também documenta a relação econômica entre o instrumento de hedge e o item objeto de hedge, incluindo se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de hedge e do instrumento de hedge compensem-se mutuamente. *Hedges de fluxo de caixa:* Quando um derivativo é designado como um instrumento de hedge de fluxo de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta de reserva de hedge. A porção efetiva das mudanças no valor justo do derivativo reconhecido em ORA limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de hedge, determinada com base no valor presente, desde o início do hedge. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado. A Companhia designa apenas as variações no valor justo do elemento spot dos contratos de câmbio a termo como instrumento de hedge nas relações de hedge de fluxo de caixa. A mudança no valor justo do elemento futuro de contratos a termo de câmbio (forward points) é contabilizada separadamente como custo de hedge e reconhecida em uma reserva de custos de hedge no patrimônio líquido. Quando a transação objeto de hedge prevista resulta no reconhecimento subsequente de um item não financeiro, tal como estoques, o valor acumulado na reserva de hedge e o custo da reserva de hedge são incluídos diretamente no custo inicial do item não financeiro quando ele é reconhecido. Com relação às outras transações objeto de hedge, o valor acumulado na reserva de hedge e o custo da reserva de hedge são reclassificados para o resultado no mesmo período ou em períodos em que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de hedge afetarem o resultado. Caso o hedge deixe de atender aos critérios de contabilização de hedge, ou o instrumento de hedge expire ou seja vendido, encerrado ou exercido, a contabilidade de hedge é descontinuada prospectivamente. Quando a contabilização dos hedges de fluxo de caixa for descontinuada, o valor que foi acumulado na reserva de hedge permanece no patrimônio líquido até que, para um instrumento de hedge de uma transação que resulte no reconhecimento de um item não financeiro, ele for incluído no custo do item não financeiro no momento do reconhecimento inicial ou, para outros hedges de fluxo de caixa, seja reclassificado para o resultado no mesmo período ou períodos à medida que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de hedge afetarem o resultado. Caso os fluxos de caixa futuros que são objeto de hedge não sejam mais esperados, os valores que foram acumulados na reserva de hedge e o custo da reserva de hedge são imediatamente reclassificados para o resultado. **c. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes são registradas pelo valor do faturamento, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia. **d. Estoques:** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de armazenagem e montagem e outros custos incorridos para trazê-los às suas localização e condição atuais. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas estimadas necessárias para efetuar as vendas. **e. Imobilizado:** ***(i) Reconhecimento e mensuração:*** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável ("*impairment*") acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados. O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, estas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos líquidos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos em outras receitas / despesas operacionais no resultado. ***(ii) Custos subsequentes:*** Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos. ***(iii) Depreciação:*** A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado, a menos que o montante esteja incluído no valor contábil de outro ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. As vidas úteis estimadas para os itens do ativo imobilizado para os períodos corrente e comparativo são as seguintes:

	2024	2023
Instalações	10 anos	10 anos
Benfeitorias em bens de terceiros	10 anos	10 anos
Máquinas e equipamentos	5~10 anos	5~10 anos
Ferramentas e instrumentos	5 anos	5 anos
Móveis e utensílios	10 anos	10 anos
Veículos	5 anos	5 anos
Equipamentos de computação	5 anos	5 anos
Arrendamento mercantil financeiro de equipamentos de informática	3 anos	3 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e ajustados caso seja apropriado. **f. Ativos intangíveis:** ***(i) Reconhecimento e mensuração:*** Ativos intangíveis incluem softwares adquiridos de terceiros e/ou gerados internamente pela Companhia. Os seguintes critérios são aplicados: Ativos intangíveis adquiridos de terceiros: são mensurados pelo custo total de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. Ativos intangíveis gerados internamente: são reconhecidos como ativos os gastos apenas da fase de desenvolvimento desde que sejam demonstrados os seguintes aspectos: Envolvem um plano ou projeto visando novos softwares ou aprimoramento substancial de softwares já existentes; • Os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável; • O produto for técnica e comercialmente viável; • Os benefícios econômicos futuros são prováveis; e • A Companhia tem a intenção e os recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os gastos capitalizados incluem o custo de materiais, mão de obra direta, e outros custos diretamente atribuíveis à preparação do ativo para seu uso proposto. Outros gastos de desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Os gastos de desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável. ***(ii) Gastos subsequentes:*** Os gastos subseqüentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos. ***(iii) Amortização:*** A Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados pela taxa de 20% a.a. (5 anos) quando referem-se a softwares utilizados como sistemas integrados e 33,33% a.a. (3 anos) para demais softwares adquiridos pela Companhia. **g. Arrendamentos:** No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. ***(i) Como arrendatário:*** No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arredamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: • Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; • Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mesurados utilizando o índice ou taxa na data de início; • Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e • O preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. **h. Redução ao valor recuperável ("Impairment"):** ***(i) Ativos financeiros não derivativos:*** Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui: • Inadimplência ou atrasos do devedor; • Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições não consideradas em condições normais; • Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência; • Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores; • O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou • Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros. *Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado:* A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de riscos similares. Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida através do resultado. *Investidas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial:* Uma perda por redução ao valor recuperável referente a uma investida reconhecida pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houver uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. ***(ii) Ativos não financeiros:*** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. Uma perda por redução do valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes, por meio da taxa de desconto antes dos impostos que reflita as condições vigentes de mercado, quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou unidades geradoras de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **i. Benefícios a empregados:** ***Benefícios de curto prazo a empregados:*** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **j. Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados, a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. **k. Garantias:** Uma provisão para garantias é reconhecida quando os produtos ou serviços são vendidos. A provisão é baseada em dados históricos de garantia em uma ponderação de todos os resultados possíveis em relação as probabilidades associadas. **l. Reestruturação:** Uma provisão para reestruturação é reconhecida quando a Companhia tem aprovado um plano de reestruturação detalhado e formal, e a reestruturação já teve início ou já foi anunciada publicamente. Perdas operacionais futuras não são provisionadas. **m. Contratos onerosos:** Uma provisão para contratos onerosos é reconhecida quando os benefícios esperados a serem derivados de um contrato são menores que o custo inevitável de atender as obrigações do contrato. A provisão é mensurada a valor presente pelo menor valor entre o custo esperado de se rescindir o contrato e o custo líquido esperado para manter o contrato. A Companhia reconhece, antes de constituir a provisão, qualquer perda por redução ao valor recuperável de valor em ativos relacionados com aquele contrato. **n. Receita operacional:** ***Reconhecimento de receita:*** A Companhia reconhece receitas à medida que as obrigações de desempenho são satisfeitas, operacionalizado por um modelo de 5 passos para reconhecimento e mensuração: (1) Identificação de contratos com os clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos; (3) determinação do preço da transação; (4) alocação do preço da transação de obrigação de desempenho prevista nos contratos e (5) reconhecimento da receita quando (ou à medida que) a entidade atender uma obrigação de desempenho. Para a revenda de equipamentos e materiais, o reconhecimento de receitas ocorre quando o ativo é transferido ao cliente e este obtém o controle do mesmo, mediante comprovante de entrega assinado pelo cliente. O controle do ativo refere-se à capacidade de determinar o uso do ativo e de obter substancialmente a totalidade dos benefícios restantes provenientes do ativo. O reconhecimento de serviços de software é realizado, igualmente à revenda de equipamentos e materiais, pois é um direito de uso de propriedade, tal como ela existe no momento em que a licença é concedida. No caso de prestação de serviços, a receita é reconhecida ao longo do tempo quando a Companhia satisfaz à obrigação de performance, a qual é evidenciada por meio de documentos de aceite do cliente assinados e devidamente datados. Quanto à determinação e alocação do preço de transação, de forma a estabelecer o valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direto em troca da transferência dos bens ou serviços prometidos ao cliente, a Companhia já precifica suas obrigações de desempenho de forma distinta conforme lista de preços unitária discriminadas em contrato. **o. Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ganhos nos instrumentos de hedge que são reconhecidos no resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas nos instrumentos de hedge que estão reconhecidos no resultado. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos. Os ganhos e perdas cambiais de ativos financeiros e passivos financeiros são reportados em uma base líquida como receitas financeiras ou despesas financeiras dependendo se as variações cambiais estão em uma posição de ganho ou perda líquida. **p. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, exceto se estiverem relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou, em outros resultados abrangentes. ***(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente:*** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal, pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflita as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver, sendo mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. ***(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido:*** Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para: • Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil; Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **q. Mensuração do valor justo:** Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia. Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros (veja nota explicativa nº 33). Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo, se as transações para o ativo ou passivo ocorrerem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua. Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e, minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação. Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro. **r. Novas normas e interpretações ainda não adotadas:** As normas, alterações e interpretações de normas emitidas, mas não vigentes até a data de emissão destas demonstrações financeiras, a qual a Companhia não esperam impactos significativos na aplicação destas alterações ou não se aplicam, estão abaixo apresentadas. **IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis**: O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais. • As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará. • As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras. • Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras. Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como 'outros'. ***Outras Normas Contábeis:*** As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. • Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21); • Classificação e mensuração de instrumentos financeiras (alterações IFRS 9 e IFRS 7). Não existem outras normas, alterações e interpretações de normas emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

8. Caixa e equivalentes de caixa: As aplicações financeiras são de curto prazo e de alta liquidez, as quais são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

	2024	2023
Aplicações financeiras	28.317	37.401
Caixa e bancos	5.619	796
	33.936	38.197

Esses investimentos financeiros referem-se, em sua totalidade, à certificados de depósitos bancários, remunerados a taxa de 97,5% e 98,8% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário em 2024 e 98,5% a 101% em 2023, aplicados em instituições financeiras consideradas pela administração como de primeira linha e, classificadas na categoria de ativo financeiro mensurado a valor justo por meio do resultado.

9. Contas a receber

	2024	2023
Circulante:		
No País	73.218	113.576
No Exterior	506	856
Partes relacionadas exterior (Nota 14)	11.662	3.694
Menos:		
Perdas estimadas do contas a receber	(2.463)	(2.281)
Total circulante	82.923	115.845
Não circulante:		
No País	9.155	10.649
Ajuste a valor presente (i)	(1.812)	(2.708)
Total não circulante	7.343	7.941

(i) Diante do processo de recuperação judicial em curso do cliente Grupo OI, divulgado no primeiro trimestre de 2023, a Companhia registrou em dezembro de 2022 o provisionamento desta segunda recuperação judicial, nos mesmos moldes da primeira recuperação judicial do Grupo Oi, ocorrida em 2017. Foi realizada a reclassifição do valor a receber do ativo circulante para o grupo do ativo não circulante no montante de R$ 11.832, bem como registrou-se o valor de R$ 2.708 referente ao ajuste a valor presente, com taxa de desconto de 13,50% para o primeiro ano, 12,62% para o segundo ano, 12,71% e 12,92% para o terceiro e quarto anos respectivamente, e deságio (*haircut*) de 10% no montante de R$ 1.183. Em junho de 2024, foi realizado um ajuste na segunda recuperação judicial, cujos saldos tornaram-se R$ 12.260 no ativo não circulante e R$ 2.717 de ajuste a valor presente. Em dezembro de 2024, após recebimento parcial de títulos que compõem a segunda recuperação judicial, foi reconhecida a receita financeira de R$ 0,905, gerando um saldo de R$ 1.812 de ajuste a valor presente. As provisões para perdas do contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. A movimentação da provisão de perda estimadas do contas a receber consta na NE 30. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito, as condições econômicas atuais e considerando informações prospectivas. A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso, excetuando títulos a receber de clientes classificados como *Carriers,* representada pelas operadoras de telefonia, aos quais possuem contratos específicos com modelo de pagamento vinculado aos eventos, conforme explicado na NE 33. A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando: • É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem que essa recorra a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou • O ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias, nos casos de títulos a receber de clientes classificados como Enterprise, referente aos clientes não operadoras, incluindo serviços de locação e manutenção de equipamentos de PABX.

10. Estoques

	2024	2023
Materiais para revenda:		
Nacionais	1.502	4.210
Importados	5.762	12.404
Adiantamento a fornecedores:		
Nacional	2	17
Importados	284	151
Importações em andamento	5.021	3.055
	12.571	19.837

Os saldos acima constam líquidos de provisão para ajuste ao valor de realização sobre materias de revenda nacionais e importados, sendo em 2024 o valor correspondente de R$ 19.334 (R$ 20.001 em 2023). Em 2024, houve queda no estoque de materiais importados, em parte, decorrente da descontinuidade da *Business Unit Wireless*, no final de 2023. Além disso, houve redução das vendas da *Business Unit Service Provider Solution*, que resultou em diminuição considerável de estoque (redução de 20% referente estoque total de 2023).

Movimento dos saldos

	2023	2024		
	Saldo final	**Provisão de estoques**	**Baixa de provisão de estoques**	**Saldo final**
Materiais para revenda:				
Nacionais	(11.748)	(950)	2.003	(10.695)
Importados	(8.253)	(2.782)	2.396	(8.639)
Total de Provisão para ajuste ao valor recuperável	(20.001)	(3.732)	4.399	(19.334)

	2022	2023		
	Saldo final	**Provisão de estoques**	**Baixa de provisão de estoques**	**Saldo final**
Materiais para revenda:				
Nacionais	(10.459)	(12.598)	11.309	(11.748)
Importados	(8.528)	(2.897)	3.172	(8.253)
Total de Provisão para ajuste ao valor recuperável	(18.987)	(15.495)	14.481	(20.001)

Determinados itens considerados obsoletos, ou de baixa rotatividade, foram objeto de constituição de provisão para ajuste ao valor de realização. A Companhia adota os seguintes critérios para a determinação do valor da provisão: • Itens sem movimentação de 3 até 6 meses: Provisão de 30% do valor contábil. • Itens sem movimentação de 6 até 12 meses: Provisão de 50% do valor contábil. • Itens sem movimentação há mais de 12 meses: Provisão de 100% do valor contábil. • Itens emprestados e em situação simbólica para refaturamento: Provisão de 100% do valor contábil. • Itens danificados: Provisão de 100% do valor contábil. • Itens atrelados a contratos de manutenção tem sua provisão constituída mensalmente proporcionalmente ao prazo de contrato de forma que ao final do contrato, os itens nessa situação estejam com seu saldo 100% provisionado.

continua...

DocuSigned by
GAZETA DE S.PAULO
Assinado por: JORNAL GAZETA SP LTDA:04735364000170
CPF: 29513948889
Data/Hora da Assinatura: 15/04/2025 20:30:03 BRT
O: ICP-Brasil, OU: AC SOLUTI Multipla v5
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC SOLUTI Multipla v5
ICP Brasil
5146939EFE414F8...

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a Infraestrutura da Chaves Públicas Brasileira- ICP-Brasil.

Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Gazeta de S.Paulo em seu site de notícias.
AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link *https://publicidadelegal.gazetasp.com.br*

Docusign Envelope ID: 6824D383-0F63-491B-ADE4-9C42BDC0AB66

...continuação

NEC LATIN AMERICA S.A. - CNPJ nº 49.074.412/0001-65

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras *(Em milhares de Reais)*

11. Impostos e contribuições

a. Imposto de renda e contribuição social

	2024	2023
Imposto de renda pessoa jurídica ("IRPJ") e contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL")	8.030	8.621
Total circulante	8.030	8.621

Imposto de renda e contribuição social diferidos: A Companhia não reconhece o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos sobre diferenças temporárias e prejuízo fiscal acumulado em decorrência de não possuir histórico de lucro tributável nos últimos anos e por não ser provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis em um futuro próximo e contra os quais seriam utilizados. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía prejuízos fiscais a compensar nos montantes demonstrados abaixo:

Prejuízos fiscais apurados até o exercício de 2024	1.621.843
Base negativa de contribuição social	1.671.578
Prejuízos fiscais apurados até o exercício de 2023	1.553.765
Base negativa de contribuição social	1.603.499

A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social sobre o lucro está limitada à base de 30% dos lucros tributáveis anuais, gerados a partir do exercício de 1995, sem prazo de prescrição. Dentre os saldos de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social existem saldos acumulados até 31 de dezembro de 2007, no montante de R$ 1.105.838 (R$ 1.105.838 em 2023 e R$ 1.123.114 (R$ 1.123.114 em 2023) respectivamente, os quais não foram examinados pelos nossos auditores independentes.

b. Impostos e contribuições a recuperar

		2024	2023
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social ("COFINS")	(i)	2.702	1.919
Imposto sobre produtos industrializados ("IPI")	(ii)	1.274	1.619
Imposto sobre a circulação mercadorias e prestação de serviços ("ICMS")	(iii)	165	165
Instituto nacional do seguro social ("INSS")	(iv)	5	83
Programa Integração Social ("PIS")	(i)	593	416
PIS e COFINS a compensar (ICMS na base de PIS e COFINS)	(v)	186	20.574
Total circulante		4.925	24.776

(i) Programa Integração Social - PIS e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS. O saldo corresponde aos valores a compensar de PIS e COFINS sobre operações de importação de serviços e créditos sobre aquisição de ativo imobilizado destinados a locação a serem compensados na proporção de 1/48 avos. (ii) Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI. O saldo é composto por créditos nas operações mercantis e comerciais da Companhia podendo ser compensado com tributos da mesma natureza. (iii) Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS. O saldo é composto por créditos nas operações mercantis, gerados nas unidades comerciais da Companhia podendo ser compensado com tributos da mesma natureza. (iv) Instituto Nacional de Seguro Social - INSS. O saldo decorre de créditos originados de retenções nas vendas de serviços equiparados a construção civil e são compensados com o INSS incidente sobre a folha de pagamento da Companhia. (v) PIS e COFINS a compensar (ICMS na base do PIS e COFINS). A Companhia questionou judicialmente a inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS obtendo desfecho favorável nos termos do posicionamento adotado nos Embargos de Declaração opostos no RE nº 574706 (*leading case*), em maio de 2021 (ICMS destacado em Nota Fiscal). Durante o período de dezembro de 2006 até julho de 2008 referidos tributos foram depositados em juízo. Em janeiro de 2019 houve o trânsito em julgado de decisão favorável à Companhia e, em março de 2019 o valor da provisão foi estornada, permanecendo o valor em depósito, parcialmente levantado em março de 2022, no importe de R$ 14.503. O valor remanescente de R$ 793 permanece em juízo, contando com decisões favoráveis ao seu levantamento em Primeira e Segunda Instâncias. Em 2021, foi apurado o valor de crédito corrigido de R$ 48,8 milhões, reconhecido nas rubricas "Outras Receitas" (valor do principal de R$ 25,4 milhões) e "Outras Receitas Financeiras" (juros da atualização dos créditos pela Selic no montante de R$ 23,4 milhões). No ano de 2022, foi apurado valor adicional de crédito em decorrência de orientações lastreadas em Parecer Externo sobre os critérios de cálculo para exclusão do ICMS das bases do PIS e da COFINS, sendo adicionado o montante creditório de R$ 8 milhões, reconhecido nas rubricas "Outras Receitas" (valor do principal de R$ 3,1 milhões) e "Outras Receitas Financeiras" (juros da atualização dos créditos pela Selic no montante de R$ 4,9 milhões). Em 2024, houve a utilização dos créditos fiscais de PIS e COFINS a compensar (ICMS na base de PIS e COFINS) no montante de R$ 20.388 para compensar os valores a pagar dos impostos federais.

c. Imposto de renda e contribuição social a recolher

	2024	2023
IRRF/CSLL de terceiros a recolher	340	261
Total circulante	340	261

d. Impostos e contribuições a recolher

		2024	2023
Impostos a pagar adesão - Lei 11.941/09	(vi)	11.850	14.169
Depósitos judiciais s/ impostos a pagar adesão - Lei 11.941/09 (Nota 13)	(vi)	(5.507)	(9.930)
Impostos sobre importação a recolher (CIDE E IR)		902	1.625
PIS e COFINS sobre faturamento		-	1.161
ISSQN sobre faturamento		769	1.026
Imposto sobre produtos industrializados ("IPI") sobre faturamento		119	682
Retenção ISSQN Lc 116/03 - serviços de terceiros		7	65
Imposto sobre a circulação mercadorias e prestação de serviços ("ICMS") sobre faturamento		244	1.706
Outros		144	465
Total circulante		8.528	10.969

(vi) Impostos a pagar adesão - Lei nº 11.941/09 e Medida Provisória nº 470/09. Em 24 de novembro de 2009, o Conselho de Administração da Companhia aprovou adesão ao programa de redução e parcelamento de tributos administrados pela Receita Federal do Brasil instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009 e pela Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 06/09 "REFIS IV". Em 2017, a Controladoria aderiu ao PERT - Programa Especial de Regularização Tributária, nos termos da redação original do art. 2º, parágrafo 1º, incisos I e II, da MP 783/2017, posteriormente convertida na Lei Federal 13.496/2017, aproveitando da possibilidade de quitação de processos administrativos elegíveis por meio do desembolso de 7,5% (sete vírgula cinco por cento) do valor consolidado do débito, e quitação do restante com prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de CSLL, conforme quadro abaixo: Em 31 de dezembro de 2024, o valor total dos depósitos judiciais corresponde a R$ 9.394 (R$ 24.810 em 2023). O valor total dos débitos, no montante de R$ 5.507 (R$ 9.930 em 2023), após as reduções estabelecidas pelo programa fiscal da Lei nº 11.941/09, que ainda estão sujeitos à validação pelas autoridades competentes, para fins de apresentação foi compensado com os depósitos judiciais relacionados às ações a eles correspondentes até o limite do saldo passivo em aberto. O saldo remanescente dos depósitos judiciais, no valor de R$ 3.887 (R$ 14.880 em 2023), permaneceu apresentado no ativo não circulante, conforme demonstrado na Nota 13.

Movimentação dos saldos

Processo	Imposto	Saldo Inicial (2023)	Adições: Correção Monetária (*) (2024)	Adições: Provisão (2024)	Exclusão: Baixa por Pagamento (2024)	Saldo Final (2024)
2003.61.00.020741-1	CPMF	3.391	2.050	-	-	5.441
2002.61.19.003660-4	INSS	694	24	-	(718)	-
2002.61.19.003659-8	INSS	580	27	-	-	607
MS 89.0031441-696.0032851-0	IOF	1.180	54	-	-	1.234
MS 88.0037060-8 / 96.0011613-0	IOF	4.368	200	-	-	4.568
MS 88.0026225-2 AO 2004.61.00.020665-4 MC 2004.03.00.050.970-2	IOF	3.956	61	-	(4.017)	-
		14.169	2.416	-	(4.735)	11.850

(*) A correção monetária sobre o valor do principal foi calculada à taxa de 10,34% a.a. em 2024 (12,54% em 2023) e é determinada com base na Selic.

Movimentação dos saldos

Processo	Imposto	Saldo Inicial (2022)	Adições: Correção Monetária (*) (2023)	Adições: Provisão (2023)	Exclusão: Baixa por Pagamento (2023)	Saldo Final (2023)
2003.61.00.020741-1	CPMF	3.014	377	-	-	3.391
2002.61.19.003660-4	INSS	656	38	-	-	694
2002.61.19.003659-8	INSS	548	32	-	-	580
MS 89.0031441-696.0032851-0	IOF	1.114	66	-	-	1.180
MS 88.0037060-8 / 96.0011613-0	IOF	4.125	243	-	-	4.368
MS 88.0026225-2AO 2004.61.00.020665-4MC 2004.03.00.050.970-2	IOF	3.736	220	-	-	3.956
		13.193	976	-	-	14.169

(*) A correção monetária sobre o valor do principal foi calculada à taxa de 12,54% a.a. em 2023 (11,37% em 2022) e é determinada com base na Selic. ***Conciliação da taxa efetiva:*** A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	2024	2023
(Prejuízo) lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	(41.729)	(14.178)
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social:		
Pela alíquota fiscal combinada	14.188	4.821
Adições permanentes:		
Despesas não dedutíveis	(421)	(1.714)
Outros itens:		
Diferenças temporárias	9.380	1.045
Ativo fiscal diferido não registrado	(23.147)	(4.152)
Compensação de prejuízo fiscal	-	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	-	-
Alíquota efetiva	0%	0%

As diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação vigente.

12. Despesas antecipadas

	2024	2023
Custos antecipados de serviços	14.111	16.037
Seguros	836	723
Impostos sobre vendas não reconhecidas	476	1.148
Outros	346	836
Total circulante	15.769	18.744
Custos antecipados de serviços	3.431	1.342
Total não circulante	3.431	1.342

13. Depósitos judiciais

	2024	2023
Processos tributários - exceto Anistia REFIS (i)	1.198	1.143
Processos tributários - Anistia REFIS (ii)	9.394	24.810
Processos previdenciários (i)	4	4
Processos trabalhistas (i)	95	117
Processos cíveis	4	-
Total de depósitos judiciais	10.695	26.074
(-) Valores apresentados em uma base líquida com o passivo correspondente:		
Processos tributários - exceto Anistia REFIS	(63)	(59)
Processos trabalhistas	(85)	(135)
Total de depósitos apresentados em provisão para contingências (Nota 22a) (i)	(148)	(194)
Depósitos Anistia - REFIS	(5.507)	(9.930)
Total de depósitos apresentados em impostos a recolher (Nota 11d) (vi)	(5.507)	(9.930)
Valores apresentados no ativo não circulante	5.040	15.950

(i) Em 31 de dezembro de 2024, o valor de depósitos judiciais relacionados aos processos tributários (exceto REFIS), trabalhistas e cíveis, totalizava R$ 1.301 (R$ 1.264 em 2023). Deste montante, R$ 148 (R$ 194 em 2023) foram vinculados à provisão para contingências dos processos correspondentes, e apresentados no passivo não circulante. O saldo remanescente, de R$ 1.153 (R$ 1.070 em 2023) permaneceu apresentado no ativo não circulante. (ii) Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía R$ 9.394 (R$ 24.810 em 2023) em depósitos judiciais relacionados aos processos para os quais a Companhia aderiu ao REFIS - Lei nº 11.941/09 e Medida Provisória nº 470/09, o qual apresenta-se inferior ao montante da dívida à qual está atrelado, tendo em vista a existência de discussão em processo judicial específico sobre a possibilidade de inserção de determinados débitos em anistia, mesmo que referidos débitos, em seus processos próprios, tenham sido convertidos nos termos do disposto na Lei nº 11.941/09. Assim, em função do valor total dos depósitos judiciais relativos ao REFIS ser inferior ao total da provisão dos processos correspondentes, este montante é apresentado como fator redutor do saldo de impostos a recolher no passivo circulante até o limite do saldo em aberto, que em 31 de dezembro de 2024 corresponde a R$ 5.507 (R$ 9.930 em 2023). O saldo remanescente, de R$ 3.887 (R$ 14.880 em 2023), permaneceu apresentado no ativo não circulante.

Movimentação dos depósitos judiciais

	2023 Saldo final	2024 Adições	2024 Utilização	2024 Resgate	2024 Reversões	2024 Saldo final
Processos tributários (exceto Anistia - REFIS)	1.143	55	-	-	-	1.198
Processos tributários (Anistia - REFIS)	24.810	-	(15.416)	-	-	9.394
Processos previdenciários	4	-	-	-	-	4
Processos trabalhistas	117	30	(52)	-	-	95
Processos cíveis	-	4	-	-	-	4
Total de depósitos judiciais	26.074	89	(15.468)	-	-	10.695

	2022 Saldo final	2023 Adições	2023 Utilização	2023 Resgate	2023 Reversões	2023 Saldo final
Processos tributários (exceto Anistia - REFIS)	1.011	132	-	-	-	1.143
Processos tributários (Anistia - REFIS)	26.181	-	-	(1.371)	-	24.810
Processos previdenciários	4	-	-	-	-	4
Processos trabalhistas	341	80	(105)	(199)	-	117
Total de depósitos judiciais	27.537	212	(105)	(1.570)	-	26.074

14. Partes relacionadas: Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações comerciais de compra e venda de mercadorias para revenda e contratação de serviços, entre a Companhia e sua controladora final NEC Corporation, coligadas e outras partes relacionadas.

	2024	2023
Ativo circulante		
Contas a receber de clientes (Nota 9)	11.662	3.694
Outros créditos	3.907	175
	15.569	3.869
Passivo circulante		
Fornecedores (Nota 19)	7.433	1.625
Adiantamentos e créditos de clientes (Nota 21)	1.587	2.805
Outras contas a pagar	1.022	766
	10.042	5.196
Resultado		
Receita operacional (Nota 25)	48	1.369
Reembolso de despesas (Nota 31a)	12.458	10.986
Compras (Nota 26)	6.788	6.084

Os saldos entre partes relacionadas das contas patrimoniais e das contas de resultado da Companhia estão demonstrados abaixo:

2024

	Resultado: Vendas	Resultado: Reembolso de despesas	Resultado: Compras	Ativo circulante: Contas a receber de clientes	Ativo circulante: Outros créditos	Passivo circulante: Fornecedores	Passivo circulante: Adiantamentos e créditos de clientes	Passivo circulante: Outras Contas a pagar
Controladora do Grupo								
NEC Corporation (Japão)	48	-	2.257	518	3.907	242	1.587	1.022
Outras partes relacionadas								
NEC America, Inc. (EUA)	-	-	806	-	-	26	-	-
NEC Argentina S.A.	-	(894)	1.052	1.470	-	2.813	-	-
NEC de Mexico S.A. de C.V.	-	11.412	352	7.058	-	1.315	-	-
NEC Chile	-	2.732	184	2.523	-	838	-	-
NEC Colombia	-	(792)	-	93	-	1.710	-	-
NEC Management Partner LTD	-	-	36	-	-	-	-	-
NEC Iberia S.L.	-	-	587	-	-	-	-	-
NESIC Brasil S.A.	-	-	1.514	-	-	489	-	-
	48	12.458	6.788	11.662	3.907	7.433	1.587	1.022

2023

	Resultado: Vendas	Resultado: Reembolso de despesas	Resultado: Compras	Ativo circulante: Contas a receber de clientes	Ativo circulante: Outros créditos	Passivo circulante: Fornecedores	Passivo circulante: Adiantamentos e créditos de clientes	Passivo circulante: Outras Contas a pagar
Controladora do Grupo								
NEC Corporation (Japão)	1.118	-	4.149	708	175	1.452	2.805	766
Outras partes relacionadas								
NEC America, Inc. (EUA)	-	-	1.234	-	-	159	-	-
NEC Argentina S.A.	-	96	212	-	-	14	-	-
NEC de Mexico S.A. de C.V.	71	7.297	-	1.909	-	-	-	-
NEC Chile	49	-	-	41	-	-	-	-
NEC Colombia	131	3.593	1	1.036	-	-	-	-
NEC Iberia S.L.	-	-	286	-	-	-	-	-
NEC Deutschland GmbH	-	-	56	-	-	-	-	-
NEC Software Solution UK LIMI	-	-	146	-	-	-	-	-
	1.369	10.986	6.084	3.694	175	1.625	2.805	766

15. Outros investimentos: Os ativos financeiros mantidos para venda representam participações em Empresas relacionadas nas quais a Companhia não possui influência significativa. Em 2024 não houve movimentação desses ativos.

	Qtde. de quotas/ações	% de participação no capital social	2024	2023
Outros investimentos:				
NEC Argentina S.A.	19.831.774	4,71%	18.807	18.807
Provisão do investimento NEC Argentina	n/a	n/a	(18.807)	(18.807)
Nesic Brasil S.A.	2.768.722	12,56%	2.769	2.769
Provisão do investimento NESIC	n/a	n/a	(2.769)	(2.769)
Banco de Tokyo - Mitsubishi UFJ Brasil S.A	373.328	0,01%	102	102
Datavia	99.998	99,99%	94	94
Provisão para perda do valor recuperável: Datavia	n/a	n/a	(94)	(94)
Total Investimentos			102	102

16. Imobilizado

Custo	Instalações	Benfeitorias bens de terceiros	Direito de uso prédio (Nota 20)	Máquinas e equipamentos (i)	Ferramentas e instrumentos	Móveis e utensílios	Veículos	Direito de Uso veículos Nota 20	Equipamentos de informática	Direito de uso equipamentos informática (Nota 20)	Imobilização em andamento	Total
31 de dezembro de 2022	**273**	**481**	**8.283**	**62.938**	**1.480**	**1.863**	**310**	**725**	**8.732**	**1.633**	**4.797**	**91.515**
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9.710	9.710
Transferências	-	-	150	8.967	-	17	-	604	1.320	1.083	(12.141)	-
Vendas	-	-	-	(2.403)	(689)	(79)	-	-	(80)	-	-	(3.251)
Baixas	-	(1)	-	-	(10)	-	-	(84)	-	(798)	-	(893)
31 de dezembro de 2023	**273**	**480**	**8.433**	**69.502**	**781**	**1.801**	**310**	**1.245**	**9.972**	**1.918**	**2.366**	**97.081**
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.267	4.267
Transferências	-	-	-	5.041	-	11	-	185	524	270	(6.031)	-
Vendas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	(7.030)	-	-	-	(10)	(37)	(599)	-	(7.676)
31 de dezembro de 2024	**273**	**480**	**8.433**	**67.513**	**781**	**1.812**	**310**	**1.420**	**10.459**	**1.589**	**602**	**93.672**
Depreciação												
31 de dezembro de 2022	**(109)**	**(195)**	**(3.497)**	**(62.239)**	**(1.108)**	**(1.136)**	**(310)**	**(207)**	**(8.250)**	**(1.267)**	**-**	**(78.318)**
Adições	(62)	(106)	(1.921)	(9.104)	(78)	(101)	-	(277)	(305)	(605)	-	(12.559)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Vendas	-	-	-	3.074	483	79	-	-	80	-	-	3.716
Baixas	-	-	-	-	2	-	-	84	-	798	-	884
31 de dezembro de 2023	**(171)**	**(301)**	**(5.418)**	**(68.269)**	**(701)**	**(1.158)**	**(310)**	**(400)**	**(8.475)**	**(1.074)**	**-**	**(86.277)**
Adições	(62)	(106)	(1.904)	(1.200)	-	(97)	-	(417)	(527)	(500)	-	(4.813)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Vendas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	5.718	-	-	-	-	12	593	-	6.323
31 de dezembro de 2024	**(233)**	**(407)**	**(7.322)**	**(63.751)**	**(701)**	**(1.255)**	**(310)**	**(817)**	**(8.990)**	**(981)**	**-**	**(84.767)**
Valor líquido contábil:												
31 de dezembro de 2023	**102**	**179**	**3.015**	**1.233**	**80**	**643**	**-**	**845**	**1.497**	**844**	**2.366**	**10.804**
31 de dezembro de 2024	**40**	**73**	**1.111**	**3.762**	**80**	**557**	**-**	**603**	**1.469**	**608**	**602**	**8.905**

(i) A Companhia utiliza uma parcela dos itens de máquinas e equipamentos em contratos de locação para terceiros e esses sofrem depreciação acelerada de 20% ao ano.

17. Intangível

Custo	Gastos com desenvolvimento - Projetos	Gastos com softwares (i)	Imobilização em Andamento (Softwares)	Provisão redução ao valor recuperável	Total
31 de dezembro de 2022	**5.419**	**12.826**	**-**	**-**	**18.245**
Adições	-	-	556	-	556
Transferências	-	543	(543)	-	-
Baixas	(5.419)	(6.022)	-	-	(11.441)
31 de dezembro de 2023	**-**	**7.347**	**13**	**-**	**7.360**
Adições	-	-	183	-	183
Transferências	-	177	(177)	-	-
Baixas	-	-	-	-	-
31 de dezembro de 2024	**-**	**7.524**	**19**	**-**	**7.543**
Amortização					
31 de dezembro de 2022	**(5.419)**	**(9.564)**	**-**	**(2.846)**	**(17.829)**
Adições	-	(314)	-	-	(314)
Transferências	-	-	-	-	-
Baixas	5.419	3.131	-	**2.846**	11.396

...continuação

	Gastos com desenvolvimento - Projetos	Gastos com softwares (i)	Imobilização em Andamento (Softwares)	Provisão redução ao valor recuperável	Total
31 de dezembro de 2023	**-**	**(6.747)**	**-**	**-**	**(6.747)**
Adições	-	(336)	-	-	(336)
Transferências	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	-	-
31 de dezembro de 2024	**-**	**(7.083)**	**-**	**-**	**(7.083)**
Valor líquido contábil					
31 de dezembro de 2023	**-**	**600**	**13**	**-**	**613**
31 de dezembro de 2024	**-**	**441**	**19**	**-**	**460**

(i) Referem-se aos gastos com softwares adquiridos de terceiros.

18. Empréstimos e financiamentos

	2024	2023
Empréstimos bancários	-	66.083
Empréstimos bancários (modalidade Lei 4131 e 3844)	39.922	87.847
Total circulante	39.922	153.930
Empréstimos bancários	29.879	-
Total não circulante	29.879	-

Termos e cronograma de amortização da dívida: Os termos e condições dos empréstimos em aberto foram os seguintes:

Natureza do Empréstimo	Moeda	Taxa Nominal de juros a.a.	Indexador	Data de vencimento	2024	2023
Empréstimos bancários (modalidade Lei 4.131)	USD	6,2114%	Libor + IR+Spread	15/03/2024	-	39.697
Empréstimos bancários (modalidade Lei 4.131)	USD	6,40571%	Libor + IR+Spread	22/03/2024	-	32.929
Empréstimos bancários (modalidade Lei 4.131)	USD	7,15%	Libor + IR+Spread	11/04/2025	19.552	15.223
Empréstimos bancários (modalidade Lei 4.131)	BRL	0,55% + 100% CDI	CDI-CETIP	09/01/2026	29.879	25.328
Empréstimos bancários (modalidade Lei 4.131)	BRL	0,45% + 100% CDI	CDI-CETIP	14/01/2025	20.370	25.328
Empréstimos bancários (modalidade CGIRO)	BRL	CDI + 1%	CDI	14/12/2023	-	1.126
Empréstimos bancários (modalidade CGIRO)	BRL	CDI + 1,2%	CDI	14/12/2023	-	12.289
Empréstimos bancários (modalidade CGIRO)	BRL	CDI + 1,2%	CDI	14/12/2023	-	2.010
Total empréstimos					**69.801**	**153.930**

Os contratos de empréstimos não possuem cláusulas de cumprimento de índices financeiros ("covenants") e não estão vinculados a quaisquer garantias.

Movimentação dos saldos

2024

	2023 Saldo final	Adições: Captações principal	Adições: Variação cambial	Adições: Juros provisionados	Baixas: Amortização principal	Baixas: Amortização juros	Saldo final
Empréstimos bancários (modalidade capital de giro)	15.566	-	-	522	(15.350)	(598)	140
Empréstimos bancários	138.364	105.454	19.122	8.060	(187.842)	(13.497)	69.661
	153.930	105.454	19.122	8.582	(203.192)	(14.095)	69.801

2023

	2022 Saldo final	Adições: Captações principal	Adições: Variação cambial	Adições: Juros provisionados	Baixas: Amortização principal	Baixas: Amortização juros	Saldo final
Empréstimos bancários (modalidade capital de giro)	17.542	-	-	2.227	(1.529)	(2.674)	15.566
Empréstimos bancários	142.679	75.426	(6.508)	11.398	(75.426)	(9.205)	138.364
	160.221	75.426	(6.508)	13.625	(76.955)	(11.879)	153.930

19. Fornecedores

	2024	2023
No País	16.212	15.710
No exterior	7.595	12.661
Partes relacionadas (Nota 14)	7.433	1.625
Provisão de custos (i)	29.496	25.789
Total	60.736	55.785

(i) A provisão de custos é baseada e constituída através da análise de projetos, de forma a assegurar o princípio da realização da receita e da confrontação das despesas no mesmo período contábil (regime de competência). Referida provisão é composta principalmente de gastos relativos à serviços já executados, porém ainda não faturados pelo fornecedor ou até pelo não recebimento da nota fiscal. O controle desta conta é feito periodicamente e a revisão da necessidade de complemento ou estorno desta provisão é feita mensalmente, através de formulário emitido pelo PM *(Project Management)* ou DCM (*Delivery Control Management*) do projeto e aprovado pelos superiores responsáveis. Em 2024, houve a redução da conta de fornecedores exterior decorrente da venda da unidade de negócios *Wireless*, no final de novembro de 2023, e o anúncio da retirada gradual dos negócios de *Unified Communications*, dado que ambos os negócios dependiam de exportação de materiais e equipamentos.

20. Passivos de arrendamento: A Companhia possui diversos contratos de locação com características de arrendamento mercantil financeiro, que foram reconhecidos no passivo tendo como contrapartida o reconhecimento do bem adquirido no grupo do ativo imobilizado, conforme requerido pelo CPC 06 sendo:

Item Arrendado	Qtde	Contrato/Aditivo	Prazo (Meses)	Taxa de Desconto VPL	InícioVigência	2024	2023
Notebooks e Monitores	160	01-05 Convênio 0460	36	7,92%	mai/21	-	135
Notebooks e Monitores	224	01-06 Convênio 0460	36	13,08%	jan/23	406	765
Notebooks	70	Contrato - Nº 00A0035690	36	12,79%	out/24	251	-
Veículo Corolla Altis	1	11770/2022	33	12,97%	dez/22	163	370
Veículos Corolla Cross Hybrid XRX CVT	4	11770/2023	36	10,05%	ago/23	347	506
Veículo Corolla Cross XRX Hybrid 1.8 HV CVT	1	11770/2023	36	11,91%	set/24	132	-
Aluguel Prédio CGD		nº 3.3459-20-00	60	7,63%	ago/20	1.318	3.335
						2.617	5.111
Circulante						2.289	3.415
Não circulante						328	1.696

Contrato pós-fixado dos notebooks sem reajuste anual com vigência 36 meses, cláusula de opção de compra ao final do contrato mediante valor de mercado ao final do arrendamento.

O encerramento contratual antecipado é irrevogável e irretratável pelas partes, uma vez que os bens são comprados segundo indicação da arrendatária e unicamente para serem arrendados à arrendatária. Em 31 de dezembro de 2024, o valor contábil líquido dos bens adquiridos por meio dos contratos acima referidos e, que foram reconhecidos como parte integrante do ativo imobilizado, corresponde a R$ 2.322, composto conforme segue:

2024

	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido
Equipamentos novos - contrato 01-05 Convênio 0460	737	(737)	-
Equipamentos novos - contrato 01-06 Convênio 0460	1.083	(722)	361
Equipamentos novos - Contrato - Nº 00A0035690	270	(22)	248
Veículo locado - Contrato nº 11770/2022	564	(418)	146
Veículo locado - Contrato nº 11770/2023	603	(278)	325
Veículo locado - Contrato nº 11770/2023 - Aditivo	146	(15)	131
Aluguel do Prédio - contrato CGD nº 3.3459-20-00	8.006	(6.895)	1.111
Valor líquido dos ativos adquiridos	11.409	(9.087)	2.322

2023

	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido
Equipamentos novos - contrato 01-05 Convênio 0460	737	(615)	122
Equipamentos novos - contrato 01-06 Convênio 0460	1.083	(361)	722
Veículo locado - Contrato nº 11770/2022	562	(213)	349
Veículo locado - Contrato nº 11770/2023	576	(80)	496
Aluguel do prédio Rio de Janeiro - contrato 19/20B	120	(120)	-
Aluguel do Prédio - contrato CGD nº 3.3459-20-00	8.006	(4.991)	3.015
Valor líquido dos ativos adquiridos	11.084	(6.380)	4.704

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a obrigação da Companhia decorrente dos contratos de arrendamentos mercantis financeiros está composta pelos seguintes valores:

2024	Vencimento dos pagamentos futuros: Até 1 ano	2 - 5 anos	Total
Pagamentos mínimos futuros de arrendamento	2.418	361	2.779
Juros	(129)	(33)	(162)
Valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento	2.289	328	2.617

2023	Vencimento dos pagamentos futuros: Até 1 ano	2 - 5 anos	Total
Pagamentos mínimos futuros de arrendamento	3.937	1.788	5.725
Juros	(522)	(92)	(614)
Valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento	3.415	1.696	5.111

A seguir os impactos nas demonstrações financeiras para o exercício de 2024 relacionadas a adoção do CPC 06 (R2):

Impacto no balanço patrimonial	
Direito de uso	**2024**
Saldo 31/12/2023	4.704
Ativos de direito de uso – lançamento inicial em 01/01/2022	454
Baixas	(15)
Depreciação	(2.821)
Saldo 31/12/2024	2.322
Arrendamentos a pagar (passivos de arrendamento)	
Saldo inicial 31/12/2023	5.111
Passivos de arrendamento – lançamento inicial	454
Apropriação de juros e impostos	339
Pagamento principal	(2.939)
Pagamento juros	(339)
Baixa de passivo de arrendamento	(9)
Passivos de arrendamento em 31/12/2024	2.617
Arrendamentos a pagar (passivos de arrendamento)	
Direito de uso	**2023**
Saldo 31/12/2022	5.670
Ativos de direito de uso – lançamento inicial em 01/01/2022	1.837
Baixas	
Depreciação	(2.803)
Saldo 31/12/2023	4.704
Arrendamentos a pagar (passivos de arrendamento)	
Saldo inicial 31/12/2022	5.983
Passivos de arrendamento – lançamento inicial	1.836
Apropriação de juros e impostos	524
Pagamento principal	(2.708)
Pagamento juros	(524)
Passivos de arrendamento em 31/12/2023	5.111
Arrendamentos a pagar (passivos de arrendamento)	
Impacto no resultado do exercício	
	2024
Depreciação do direito de uso	(2.610)
Apropriação de juros dos arrendamentos	(302)
	2023
Depreciação do direito de uso	(2.574)
Apropriação de juros dos arrendamentos	(486)
Impacto no fluxo de caixa	
	2024
Fluxo das atividades operacionais	
Apropriação de juros	302
Depreciação de direito de uso	(2.821)
Pagamento de juros – arrendamento mercantil	(339)
Fluxo das atividades de financiamento	
Pagamento de principal – arrendamento mercantil	2.939
Itens sem efeito caixa	
Adoção inicial	455
	2023
Fluxo das atividades operacionais	
Apropriação de juros	486
Depreciação de direito de uso	(2.803)
Pagamento de juros – arrendamento mercantil	(524)
Fluxo das atividades de financiamento	
Pagamento de principal – arrendamento mercantil	2.708
Itens sem efeito caixa	
Adoção inicial	1.837

21. Adiantamento e créditos de clientes

	2024	2023
Adiantamentos de Clientes Nacionais	174	1.081
Adiantamentos de Clientes Exterior	-	88
Adiantamentos de Partes Relacionadas (Nota 14)	1.587	2.805
Outros adiantamentos	-	303
Total	1.761	4.277

Do valor alocado em adiamento de partes relacionadas, trata-se de reembolso de despesas provenientes da NEC Corporation para viabilizar novos negócios em tecnologia 5G.

22. Provisões: a. Provisão para contingências: A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas administrativas e judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas decorrentes das ações em curso, conforme segue:

2024

	Provisão	Depósito judicial	Líquido
Tributárias	1.283	(63)	1.220
Trabalhistas	871	(85)	786
Cíveis	1.061	-	1.061
	3.215	(148)	3.067

2023

	Provisão	Depósito judicial	Líquido
Tributárias	2.360	(59)	2.301
Trabalhistas	2.191	(135)	2.056
Cíveis	837	-	837
	5.388	(194)	5.194

Movimentação dos processos no exercício

Provisão para contingências	2023 Saldo final	2024 Adições	Utilização	Resgate	Reversões (i)	Reclassificação (ii)	Saldo final
Tributárias	2.360	3.377	(3.223)	-	(1.231)	-	1.283
Trabalhistas	2.191	794	(1.891)	-	(223)	-	871
Cíveis	837	311	(87)	-	-	-	1.061
	5.388	4.482	(5.201)	-	(1.454)	-	3.215
Depósitos judiciais							
Tributárias	(59)	(5)	-	-	-	1	(63)
Trabalhistas	(135)	(31)	-	35	39	7	(85)
	(194)	(36)	-	35	39	8	(148)
	5.194	4.446	(5.201)	35	(1.415)	8	3.067

Provisão para contingências	2022 Saldo final	2023 Adições	Utilização	Resgate	Reversões (i)	Reclassificação (ii)	Saldo final
Tributárias	2.101	2.127	(1.868)	-	-	-	2.360
Trabalhistas	2.886	1.058	(668)	-	(1.085)	-	2.191
Cíveis	784	63	(10)	-	-	-	837
	5.771	3.248	(2.546)	-	(1.085)	-	5.388
Depósitos judiciais							
Tributárias	(44)	(7)	-	-	-	(8)	(59)
Trabalhistas	(326)	(38)	-	114	126	(11)	(135)
	(370)	(45)	-	114	126	(19)	(194)
	5.401	3.203	(2.546)	114	(959)	(19)	5.194

(i) As reversões de provisão referem-se principalmente a provisões anteriormente constituídas para processos tributários/trabalhistas/previdenciários com risco de perda provável que tiveram o risco alterado para possível ou remoto com base nos eventos ocorridos durante os exercícios de 2023 e 2024. **(ii)** Referem-se às reclassificações dos saldos de depósito judicial excedentes ao valor da provisão reconhecida nos processos relacionados para depósitos judiciais, no ativo não circulante. ***Processos com risco de perda provável:*** *Processos tributários*: As contingências tributárias mais relevantes são representadas pelos seguintes processos: • Federal - Processos administrativos, judiciais e outros, totalizando R$ 1.283 (R$ 2.360 em 2023). • Processos trabalhistas - A Companhia se defende em 11 processos trabalhistas com risco de perda provável (20 em 2023), para os quais foram reconhecidas provisões que totalizam R$ 871 (R$ 2.191 em 2023). Estas ações trabalhistas possuem como objeto principal pedidos de reconhecimento de vínculo empregatício por terceiros, horas-extras, comissões por vendas, insalubridade e periculosidade, não existindo processos de valor individualmente relevante. ***Processos com risco de perda possível:*** Processos com risco de perda possível - Dos processos classificados como de risco possível, os principais compreendem: (a) Processo judicial decorrente de autuação lavrada pela Receita Federal em 2009, tendo como objeto o não recolhimento de imposto de renda retido na fonte sobre pagamentos supostamente sem causa ou operações não comprovadas, efetuados anteriormente ao ano 2000. A Companhia defende-se na esfera judicial, após obter resultado parcialmente favorável em sede administrativa, com a redução do montante da autuação de R$ 321 milhões para R$ 273 milhões (valores originais). O valor residual atualizado até 31 de dezembro de 2024 é R$ 364 milhões (R$ 350 milhões em 2023). Em 2019, a Companhia recebeu a carta de citação da Execução Fiscal n° 5020392-65.2019.4.03.6182, ajuizada pela Fazenda Nacional para cobrança do mesmo débito discutido na Ação Anulatória n° 0022825-93.2016.4.01.3400. Assim, considerando a lavratura de Certidão de Dívida Ativa e ajuizamento de Executivo Fiscal, foi acrescido o percentual de 20% no valor total da contingência a título de honorários de sucumbência, conforme disposto na CDA. **b. Garantias e cartas fiança:** A Companhia contratou garantias e fianças junto a instituições financeiras, para assegurar a continuidade de processos judiciais bem como outras operações comerciais, segue abaixo detalhamento dos montantes em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

Tipo de garantia	2024 Judiciais	2024 Outros	2024 Total	2023 Judiciais	2023 Outros	2023 Total
Carta de fiança	12.306	1.785	14.091	30.106	1.747	31.853
Cheque caução	-	22.154	22.154	-	22.247	22.247
Seguro garantia	362.045	527	362.572	363.770	1.561	365.331
Total	374.351	24.466	398.817	393.876	25.555	419.431

c. Outras provisões

	2024	2023
Provisão contrato oneroso (ii)	100	1.760
Provisão sobre royalties	10	11
Provisão gastos com garantias (i)	-	428
Provisão de Reestruturação	531	-
Provisão de ISS	150	288
Total circulante	791	2.487
Provisões - honorários (iii)	3.664	3.960
Provisão gastos com garantias (i)	405	765
Total não circulante	4.069	4.725

(i) Provisão para garantias: A provisão para garantia está relacionada à venda dos produtos e equipamentos, ocorrida durante os anos encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023. Referida provisão é calculada através de percentuais obtidos pelo histórico de consumo da garantia em períodos passados, aplicados na receita líquida mensal do faturamento de materiais e equipamentos. (ii) Provisão para contrato oneroso: Provisão constituída em março de 2020 pela Nec Soluções de Segurança Cibernética, após avaliação de contratos em situação deficitária, aos quais atendiam as premissas de constituição de provisão para contrato oneroso previstas no CPC 25. O montante foi migrado para a Companhia em razão da incorporação da Controlada. Os contratos foram finalizados, sendo o saldo remanescente referente a multas contratuais que ainda estão em negociação com clientes e fornecedores. (iii) Provisões - honorários: Provisão relativa aos honorários previstos para pagamento dos advogados que estão acompanhando processos de contingências passivas em sua maioria de natureza tributária.

Movimentação das outras provisões no exercício

	2023 Saldo inicial	2024 Adição a provisão	Baixas: Utilização	Baixas: Reversões	Saldo final
Provisão sobre royalties	11	95	(96)	-	10
Provisão gastos com garantias	428	764	-	(1.192)	-
Provisão para contrato oneroso	1.760	-	(1.660)	-	100
Provisão de Reestruturação	-	9.807	(9.276)	-	531
Provisão de ISS	288	-	-	(138)	150
Circulante	2.487	10.666	(11.032)	(1.330)	791
Provisões - honorários	3.960	568	(864)	-	3.664
Provisão de Reestruturação	-	405	-	-	405
Provisão gastos com garantias	765	-	-	(765)	-
Não circulante	4.725	973	(864)	(765)	4.069

	2022 Saldo inicial	2023 Adição a provisão	Baixas: Utilização	Baixas: Reversões	Saldo final
Provisão sobre royalties	18	161	(168)	-	11
Provisão gastos com garantias	541	62	(175)	-	428
Provisão para contrato oneroso	4.384	-	-	(2.624)	1.760
Provisão de ISS	494	-	-	(206)	288
Circulante	5.437	223	(343)	(2.830)	2.487
Provisões - honorários	4.140	10.421	(10.601)	-	3.960
Provisão para contrato oneroso	-	-	-	-	-
Provisão gastos com garantias	803	-	(38)	-	765
Não circulante	4.943	10.421	(10.639)	-	4.725

23. Outras Contas a Pagar

	2024	2023
Outras contas a pagar administrativas	3.497	5.491
Provisão de operações com derivativos para hedge a pagar (i)	224	13.091
Outros	294	1.362
Total	4.015	19.944

(i) Provisão de operações com derivativos para hedge a pagar. Operações com derivativos são contratadas apenas para proteção cambial, sendo que em 2023 o aumento da provisão é decorrente de queda da taxa cambial, abaixo da taxa contratada.

24. Patrimônio líquido: a. Capital social: Em 31 de dezembro de 2024, o capital social, subscrito e integralizado é de R$ 401.882 (R$328.282 em 2023) e está representado por 756.646 (618.075 em 2023) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, das quais 25 ações encontram-se em tesouraria. Em 27 de setembro de 2024, a Companhia recebeu aumento de capital de sua controladora NEC Corporation no valor de R$ 73.600 com emissão de 138.571 ações ordinárias. **b. Ações em tesouraria:** Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía em tesouraria 25 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal adquiridas em 1993 mediante aplicação de recursos originários das reservas de lucros, no montante de R$ 9.259 (R$ 9.259 em 2023) para futura alienação e/ou cancelamento. **c. Reserva de capital:** Em 2016, foi reconhecido o valor de R$ 10.443, correspondente a *Put and Call Option*, opção de compra futura dos 25% dos sócios minoritários da Arcon Informática S.A, de cuja Companhia adquiriu o controle de 75% do capital em 03 de outubro de 2016. Essa opção de venda futura foi contabilizada pelo método de acesso presente no patrimônio líquido. Em outubro de 2018, foi realizada a compra dos 25% dos sócios minoritários da NEC Soluções de Segurança Cibernética Brasil S.A (antiga Arcon Informática S.A), cujo percentual sobre o patrimônio líquido representou R$ 802, reduzindo para R$ 9.641 o valor correspondente a *Put and Call Option*.

25. Receita operacional: Abaixo apresentamos a abertura da receita operacional líquida:

	2024	2023
Receita operacional bruta		
Venda de produtos	125.305	215.335
Serviços prestados	167.595	267.623
Serviços prestados com partes relacionadas (nota 14)	48	1.369
Deduções		
Impostos sobre as vendas	(51.269)	(85.540)
Devoluções e abatimentos	(1.914)	(2.522)
Receita operacional	**239.765**	**396.265**

Em 2024 a Companhia apresentou queda na receita operacional, principalmente devido a diminuição significativa das vendas do *Business Unit Service Provider Solution* e *Business Unit* de Soluções de Segurança Cibernética e, em parte, decorrente da venda do *Business Unit Wireless* no final de novembro de 2023 e o anúncio da retirada gradual dos negócios de *Unified Communications*.

26. Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados

	2024	2023
Custo das mercadorias	(68.188)	(132.841)
Compras com partes relacionadas (Nota 14)	(6.788)	(6.084)
Custos com pessoal (Nota 28)	(24.089)	(30.018)
Depreciação e amortização	(1.327)	(9.253)
Fretes	(1.396)	(3.023)
Serviço de software	(35.742)	(52.576)
Serviço de consultoria	(56)	(469)
Serviço de manutenção	(6.480)	(18.863)
Serviços de terceiros e outros	(46.405)	(52.616)
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(190.471)	(305.743)

Em 2024, o custo das mercadorias apresentou redução de 60,5% em consonância com a redução das vendas do período.

27. Despesas de vendas

	2024	2023
Royalties	(1.106)	(1.828)
Perda/ganho efetiva de contas a receber	(43)	686
Total	(1.149)	(1.142)

28. Despesas com pessoal

	2024	2023
Ordenados e salários	(44.560)	(50.538)
Contribuições compulsórias para previdência social	(14.685)	(16.891)
Provisões 13º salário e férias	(10.350)	(14.384)
Encargos assistenciais	(11.230)	(12.915)
Despesas encargos sociais (FGTS)	(5.625)	(6.646)
Honorários da administração (Nota 29)	(2.631)	(2.596)
Outros Proventos	(5.433)	(7.400)
Total	(94.514)	(111.370)

Do montante total de despesas de pessoal identificados no quadro acima, R$ 24.089 (R$ 30.018 em 2023) foram incluídos no custo dos produtos vendidos e serviços prestados e R$ 70.425 (R$

continua...

DocuSigned by
GAZETA DE S.PAULO
Assinado por: JORNAL GAZETA SP LTDA:04735364000170
CPF: 29513948889
Data/Hora da Assinatura: 15/04/2025 20:30:25 BRT
O: ICP-Brasil, OU: AC SOLUTI Multipla v5
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC SOLUTI Multipla v5
ICP Brasil
5146939EFE414F8...

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a Infraestrutura da Chaves Públicas Brasileira- ICP-Brasil.

Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Gazeta de S.Paulo em seu site de notícias.
AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link *https://publicidadelegal.gazetasp.com.br*

Docusign Envelope ID: 6824D383-0F63-491B-ADE4-9C42BDC0AB66

...continuação

NEC LATIN AMERICA S.A. – CNPJ nº 49.074.412/0001-65

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras *(Em milhares de Reais)*

81.352 em 2023) nas despesas administrativas e gerais.

29. Despesas administrativas e gerais

	2024	2023
Despesas com pessoal (Nota 28)	(70.425)	(81.352)
Serviços de terceiros	(6.797)	(7.431)
Gastos gerais:		
Ocupação – imóveis	(955)	(940)
Viagens	(1.556)	(1.808)
Processamento de dados	(3.067)	(2.976)
Comunicações	(826)	(706)
Impostos, taxas e contribuições	(492)	(576)
Veículos	(387)	(511)
Água, luz e gás	(376)	(415)
Depreciação/Amortização	(3.822)	(3.620)
Recuperação de gastos	4.723	2.389
Outros	(2.275)	(4.275)
Total	(86.255)	(102.221)

Remuneração pessoas chave da Administração: Os honorários da Administração, no montante total de R$ 2.631 em 31 de dezembro de 2024 (R$ 2.596 em 2023), incluem os salários, os encargos sobre salários e os benefícios de curto prazo.

30. Redução (Reversão) a valor recuperável do contas a receber

	2024	2023
Provisão a valor recuperável do contas a receber	(182)	(523)
Estorno de provisão a valor recuperável do contas a receber (i)	-	1.752
Total	(182)	1.239

(i) Após decisão favorável do processo judicial contra o cliente CELG Distribuição S/A, a Companhia recebeu o montante do contas a receber de R$ 1.717, a qual já havia provisão de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa no mesmo valor e esta foi revertida em 2023.

31. Outras receitas e outras despesas

a. Outras receitas

	2024	2023
Reversão provisão para contingências	-	2.163
Reembolso de despesas do escritório regional (Nota 14)	12.458	10.986
Reversão de provisão de despesas com restruturação	3.150	-
Créditos Reembolso Projeto 5G	-	6.500
Outros	1.969	5.237
Total	17.577	24.886

b. Outras despesas

	2024	2023
Despesa de provisão para contingências	(881)	(1.233)
Despesas com Honorários (i)	(568)	(10.421)
Provisão de despesas com reestruturação (ii)	(9.408)	-
Outras	(25)	(529)
Total	(10.882)	(12.183)

(i) Em 2023, a Companhia incorreu em despesa extraordinária de honorários advogatícios no valor de R$ 8.669, referente a processo judicial tributário decorrente de autuação lavrada pela Receita Federal em 2009, ao obter resultado parcialmente favorável em sede administrativa, com a redução do montante da autuação de R$ 321 milhões para R$ 273 milhões (valores originais). (ii) Em março de 2024, foi anunciado um plano de reestruturação para racionalizar as operações, aumentar a eficiência e posicionar a Companhia para um crescimento sustentável, o que gerou uma provisão extraordinária de R$ 9,4 milhões.

32. Receitas financeiras e despesas financeiras

	2024	2023
Receitas financeiras		
Ganhos com operações de *swap e hedge*	17.905	3.081
Variações cambiais ativas	-	7.529
Variações monetárias ativas	3.761	4.084
Juros sobre aplicações financeiras	5.250	3.687
Juros de mora recebidos	263	4.694
Outros	915	559
Total	28.094	23.634
Despesas financeiras		
Perdas com operações de *swap e hedge*	(4.230)	(20.577)
Variações cambiais passivas	(22.173)	-
Variações monetárias passivas	(1.101)	(2.003)
Juros	(8.891)	(14.116)
Efeito REFIS Lei 11.941/09 e MP 470/09 (i)	(677)	(976)
Outros	(1.154)	(1.241)
Total	(38.226)	(38.913)
Resultado financeiro	(10.132)	(15.279)

(i) Os valores de 2024 e 2023 referem-se aos juros sobre passivos fiscais incluídos no REFIS IV - Lei 11.941/09.

33. Instrumentos financeiros: A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (principalmente câmbio) o qual é aprovado pela Administração para operacionalização da estratégia apresentada. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. A Companhia opera somente com instituições financeiras consideradas de primeira linha. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia. Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia. **a. Gerenciamento de risco financeiro:** A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de preço das mercadorias vendidas ou dos insumos adquiridos; • Risco de taxas de juros; e • Risco de taxa de câmbio. • Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco da Companhia. ***Risco de crédito:*** Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*. O valor contábil dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito, que na data das demonstrações financeiras foi:

	2024	2023
Caixa e bancos	5.619	796
Aplicações financeiras	28.317	37.401
Contas a receber de clientes	90.266	123.786
Outros créditos	11.981	10.608
Total	136.183	172.591

A classificação por data de emissão das notas fiscais dos contas a receber, arrendamento e outros créditos na data das demonstrações financeiras era o seguinte:

	2024		2023	
	Bruto	Provisão para perdas	Bruto	Provisão para perdas
NF emitidas até 30 dias	92.378	-	54.131	-
NF emitidas entre 31-90 dias	7.981	-	47.727	-
NF emitidas entre 91-180 dias	1.036	-	29.431	-
NF emitidas entre 181 - 365 dias	698	-	2.836	-
NF emitidas há mais de um ano	2.616	(2.463)	2.550	(2.281)
Total	104.709	(2.463)	136.675	(2.281)

Os títulos a receber acima são controlados conforme classificação por cliente, sendo *Networks* representada pelas operadoras de telefonia (R$ 57.862 em 2024); *Enterprise* referente aos clientes não operadoras, incluindo serviços de locação e manutenção de equipamentos de PABX (R$ 46.846 em 2024).

	2024		2023	
	Bruto	Provisão para perdas	Bruto	Provisão para perdas
NF emitidas até 30 dias	48.206	-	20.631	-
NF emitidas entre 31-90 dias	7.861	-	47.698	-
NF emitidas entre 91-180 dias	859	-	30.487	-
NF emitidas entre 181 - 365 dias	499	-	2.718	-
NF emitidas há mais de um ano	437	(1.308)	1.862	(1.308)
Total	57.862	(1.308)	103.396	(1.308)

Há contratos, junto aos clientes *Carriers*, que estabelecem eventos físicos e técnicos para a liberação de pagamentos parciais de cada nota fiscal emitida. As obrigações de desempenho que possibilitam o reconhecimento de receita são devidamente cumpridas, porém a existência de eventos para a liberação de pagamentos leva à existência de saldos de títulos não recebidos, porém emitidos há prazos relativamente longos. Muitos desses eventos de liberação dependem de *workflows* de aceitação internos aos clientes que, com frequência, são tratados com grande morosidade, levando a atrasos nos recebimentos apesar do cumprimento dos requisitos técnicos para liberação. Apesar da morosidade no recebimento de títulos de alguns casos de clientes *Carrier*, a Companhia não possui histórico de perdas de valores a receber com estes, excetuando-se um caso pontual de pedido de recuperação judicial. A provisão para perdas por redução no valor a recuperar são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito com base no tipo de contrato e análise de riscos envolvidos. O movimento na provisão para perdas por redução no valor recuperável em relação aos empréstimos e recebíveis durante o ano foi o seguinte:

	2024	2023
Saldo em 1º de janeiro	2.281	4.186
Reversão de provisão para redução ao valor recuperável	182	253
Provisão para redução ao valor recuperável	-	(2.158)
Saldo em 31 de dezembro	2.463	2.281

Risco de liquidez

Decorre da possibilidade de a Companhia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamento à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. A seguir estão as maturidades de passivos financeiros não derivativos:

		2024				
	Nota	Valor contábil	Fluxo de caixa esperado	6 meses ou menos	6-12 Meses	1-2 anos	2-5 anos
Fornecedores	19	60.736	60.736	60.736	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	18	69.801	65.196	35.196	-	30.000	-
Adiantamentos e créditos de clientes	21	1.761	1.761	1.761	-	-	-
Outras contas a pagar	23	4.015	4.015	4.015	-	-	-
Passivos de arrendamento	20	2.617	2.617	1.621	607	276	113
		138.930	134.325	103.329	607	30.276	113

		2023					
	Nota	Valor contábil	Fluxo de caixa esperado	6 meses ou menos	6-12 Meses	1-2 anos	2-5 anos
Fornecedores	19	55.785	55.785	55.785	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	18	153.930	158.571	107.071	51.500	-	-
Adiantamentos e créditos de clientes	21	4.277	4.277	4.277	-	-	-
Outras contas a pagar	23	19.944	19.944	19.944	-	-	-
Passivos de arrendamento	20	5.111	5.111	1.564	1.414	2.008	125
		239.047	243.688	188.641	52.914	2.008	125

Risco de preço das mercadorias vendidas ou dos insumos adquiridos: Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos produtos comercializados pela Companhia. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos da Companhia. Para mitigar esses riscos, a Companhia monitora permanentemente os mercados locais e internacionais, buscando antecipar-se a movimentos de preços. ***Risco de taxas de juros:*** Decorre da possibilidade de a Companhia, sofrer redução nos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação deste tipo de risco, somente são efetuadas aplicações financeiras vinculadas à variação do CDI. Para os empréstimos contratados em moeda estrangeira com taxa fixa, foram contratadas operações com derivativos (*Swaps*), convertendo as mesmas para percentual de variação do CDI. ***Risco de taxas de câmbio:*** Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia, para aquisição de insumos e empréstimos no exterior. A Companhia avalia permanentemente a contratação de operações de hedge (*Swaps)* para mitigar esses riscos. A exposição da Companhia ao risco de oscilações na moeda estrangeira está composta pelos seguintes valores (base em valores nominais):

	USD (000)	
	2024	2023
Em milhares de moeda estrangeira		
Contas a receber (exterior)	115	234
Contas a receber (partes relacionadas)	2.928	706
Estoque - Adiantamento fornecedores (exterior)	46	31
Estoque - Importações em trânsito	796	607
Empréstimos em moeda estrangeira (Lei 4.131)	(7.982)	(18.145)
Fornecedores (exterior)	(1.218)	(2.341)
Fornecedores (partes relacionadas)	(201)	(114)
Exposição líquida	(5.516)	(19.022)

Os valores de outras contas a pagar e outros créditos com partes relacionadas são oriundos de transações originadas em moeda local (Reais) e que portanto não estão sujeitos à oscilação nas taxas de câmbio. Para se proteger contra os riscos de variação cambial sobre os saldos expostos a moeda estrangeira, a Companhia utiliza-se de instrumentos derivativos como compra a futuro de moeda estrangeira e *Swaps*. Apesar disso, os vencimentos desses instrumentos financeiros derivativos não estão casados com os vencimentos dos compromissos acima em moeda estrangeira, não se tratando de um hedge efetivo. ***Análise de sensibilidade de variações e risco de exposição cambial:*** Apresentamos no quadro abaixo os valores nominais referentes à variação cambial sobre o saldo de valores contábeis sujeitos a este tipo de risco. Os valores correspondem aos efeitos no resultado foram calculados com base no saldo das exposições cambiais na data dessas demonstrações financeiras. O cenário provável considera a taxa de câmbio de R$ 6,1923 idêntica à taxa utilizada nestas demonstrações financeiras, razão pela qual este cenário apresenta resultado nulo. Para os cenários A e B, a taxa do cenário provável foi aumentada em 25% e 50% respectivamente, sendo as taxas obtidas R$ 7,7404 e R$ 9,2885 para risco de aumento da cotação da moeda. Já para o risco de efeito da proteção do dólar futuro, cuja taxa de contrato é de R$ 6,0745 a taxa do cenário provável foi aumentada em 25% e 50% para os cenários A e B respectivamente, sendo as taxas obtidas R$ 7,5931 e R$ 9,1118.

					Efeito em R$ no resultado	
					A	B
Operação	**Moeda**	**Exposição em USD (000)**	**Risco**	**Provável**	**Possível 25%**	**Remoto 50%**
Exposição líquida em moeda estrangeira	USD	5.516	Aumento da Cotação do USD	-	(8.539)	(17.078)
Contratos de dólar futuro	USD	2.160	Efeito da proteção do dólar futuro	-	3.280	6.560
Swap s/ empréstimos em moeda estrangeira	USD	7.982	Efeito da proteção dos swaps	-	12.357	24.713
			Efeito total no resultado	-	7.098	14.195

b. Valor justo de instrumentos financeiros derivativos: O quadro abaixo apresenta todas as operações de instrumentos financeiros derivativos contratados, assim como os respectivos valores justos calculados pela Administração da Companhia com liquidação no vencimento de cada operação.

	Valor de referência (USD mil)		Valor justo (R$ mil)	
	2024	2023	2024	2023
Contratos futuros				
NDF's vencimento 02/01/2024	2.160	7.590	235	(259)

Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, a Companhia auferiu ganhos de R$ 13.675 (perdas líquidos de R$ 17.496 em 2023) com instrumentos financeiros derivativos, que encontram-se registrados na conta de receitas (ganhos) e despesas (perdas) financeiras no resultado (Nota 32). **c. Valor justo de instrumentos financeiros não derivativos:** Os saldos contábeis e os valores justos dos instrumentos financeiros não derivativos inclusos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 estão identificados a seguir:

	2024	
	Valor contábil	Valor Justo
Ativo		
Ativos financeiros mensurados pelo valor justo:		
Aplicações financeiras	28.317	28.317
Ativos financeiros não mensurados pelo valor justo:		
Caixa e equivalentes de caixa	5.619	5.619
Outros investimentos	5	5
Contas a receber de clientes	90.266	90.266
Outros créditos	11.981	11.981
	136.188	136.188
Passivo		
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo		
Empréstimos e financiamentos	69.801	69.801
Fornecedores	60.736	60.736
Adiantamentos e crédito de clientes	1.761	1.761
Outras contas a pagar	4.015	4.015
Passivos de arrendamento	2.617	2.617
	138.980	138.980

	2023	
	Valor contábil	Valor Justo
Ativo		
Ativos financeiros mensurados pelo valor justo:		
Aplicações financeiras	37.401	37.401
Ativos financeiros não mensurados pelo valor justo:		
Caixa e equivalentes de caixa	796	796
Outros investimentos	5	5
Contas a receber de clientes	123.786	123.786
Outros créditos	10.608	10.608
	172.596	172.596
Passivo		
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo		
Empréstimos e financiamentos	153.930	153.930
Fornecedores	55.785	55.785
Adiantamentos e crédito de clientes	4.277	4.277
Outras contas a pagar	19.944	19.944
Passivos de arrendamento	5.111	5.111
	239.047	239.047

d. Hierarquia de valor justo: Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possíveis. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação segundo a forma: Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos. Nível 2: Inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). Nível 3: Inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo.

	2024		
Descrição	**Nível 1**	**Nível 2**	**Nível 3**
Ativos financeiros a valor justo:			
Aplicações financeiras	-	28.317	-
Total	-	28.317	-
Passivos financeiros derivativos:			
Swap (Hedge) a pagar (NDF e swap s/empréstimos)	-	(224)	-
Total	-	(224)	-

	2023		
Descrição	**Nível 1**	**Nível 2**	**Nível 3**
Ativos financeiros a valor justo:			
Aplicações financeiras	-	37.401	-
Total	-	37.401	-
Passivos financeiros derivativos:			
Swap (Hedge) a pagar (NDF e swap s/empréstimos)	-	(13.091)	-
Total	-	(13.091)	-

34. Eventos subsequentes: Durante o primeiro trimestre de 2025, a Companhia realizou renovação de empréstimo já contratado, a saber:

Data Início	Data Vencimento	Valor Principal R$ 000	Condições	Observações
13/01/2025	14/07/2025	20.000	CDI + 0,45%	Empréstimo renovado em 180 dias

O contrato de empréstimo não possui cláusula de cumprimento de índices financeiros ("covenants") e não está vinculado a quaisquer garantias.

Conselho de Administração

Yasushi Tanabe - Presidente do Conselho de Administração
Tetsuo Fukano - Substituto do Presidente do Conselho de Administração
Mitsuhiro Murooka - Conselheiro de Administração
Arihiko Yamazaki - Conselheiro de Administração

Diretoria

Yasushi Tanabe - Presidente
José Renato Gonçalves - Diretor Geral das Operações Brasil
Ana Maria F. A. Ravaglia Duarte - Vice Presidente Executiva
Braian Ezequiel Boan - Vice-Presidente Econômico e Financeiro

Controladoria

Flávio Hirata - Controller
Mitsue Hori Katayama - Contadora - CRC/SP 1SP336551/O-7

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Diretores da
NEC Latin America S.A. - São Paulo – SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da **NEC Latin America S.A.** (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **NEC Latin America S.A.** em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores: A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 10 de Abril de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP014428/O-6

Laércio Gésio Lucinda
Contador CRC 1SP241847/O-9

DocuSigned by
GAZETA DE S.PAULO
Assinado por: JORNAL GAZETA SP LTDA:04735364000170
CPF: 29513948889
Data/Hora da Assinatura: 15/04/2025 20:30:36 BRT
O: ICP-Brasil, OU: AC SOLUTI Multipla v5
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC SOLUTI Multipla v5
ICP Brasil
5146939EFE414F8...

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a Infraestrutura da Chaves Públicas Brasileira- ICP-Brasil.

Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Gazeta de S.Paulo em seu site de notícias.
AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link *https://publicidadelegal.gazetasp.com.br*